



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 4

3.ª sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 25 de fevereiro de 2022

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís Miguel Casqueiro Romão, Diogo Aragonês (em substituição de Albano Varela e Silva, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Ricardo Jorge Palmeiro Romão, Rui Jorge Batista Martelo, Maria da Conceição Barradas Grilo, Adriano Manuel Alface Bailadeira, Célia Maria da Silva Carreiro, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, Filipa Viegas (em substituição de João Pedro Cachiço Ribeiro Luís, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Amândio José Valente e Valente, Maria da Conceição Ceia Miranda, Artur Jorge Coelho Correia, António Joaquim André Tavares de Oliveira, Ana Isabel da Costa Meira, Sara Maria Esteves Luís Sardinha, João Pina (em substituição de Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Marco António Serra Antunes, João Paulo Carreço Brazão, José Cordas Barradas, Francisco Correia Tavares do Carmo Garcia, Carla Lucinda Raposo Mocito, Célia de Jesus Soares, Marília Lacão (em representação de Luís Miguel Candeias Ricardo, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99), Jorge Barradas (em representação de Henrique Manuel Esteves Santinho, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99), Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Raquel Alexandre Reizinho Carita Castelo. -----

O presidente da mesa, Luís Romão, cumprimentou todos os presentes na sala e deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e dez minutos. Foi verificada a existência de quórum. Sublinhou que, perante os momentos difíceis que a Europa atravessava, não podia deixar de expressar a sua total solidariedade para com o povo ucraniano, em geral e, em particular, com os ucranianos que escolheram o concelho de Portalegre para residir e reconstruírem as suas vidas, ao longo das últimas décadas. -----

Intervenção do público:

Não houve intervenções. -----

Período antes da ordem do dia

O presidente da mesa referiu que o representante da CDU, Amândio Valente, tinha pedido para apresentar uma moção. No entanto, como era sabido, as moções tinham



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

de ser apresentadas até 5 dias úteis, antes da realização das sessões daquela Assembleia. Portanto, se não houvesse objeções à apresentação da mesma, poderia ser aceite e transmitida aos membros.-----

No uso da palavra, Amândio Valente disse que o teor da moção tinha a ver com a invasão da Rússia à Ucrânia. -----

O presidente da mesa perguntou se algum dos grupos municipais se opunha à moção. Não havendo, disse ao membro da CDU para ler a mesma.-----

Moção – CDU (Amândio Valente)

“A Assembleia Municipal de Portalegre vem por este meio condenar o ato de guerra perpetrado pelo governo imperialista, nacionalista e de extrema direita, de Vladimir Putin.

Nada, mas mesmo nada, pode justificar a invasão de um estado soberano por outro estado soberano, em pleno século XXI.

A Assembleia Municipal de Portalegre faz votos para que os caminhos da paz sejam encontrados e que possamos, rapidamente, retomar a via diplomática, para a resolução deste conflito.”

O presidente da mesa disse que as deliberações seriam, como era comum, tomadas no final. Referiu ainda ter recebido um relatório de auditoria, para o apuramento da responsabilidade financeira, elaborado pelo Tribunal de Contas, sobre as relações financeiras entre a Câmara de Portalegre e a Fundação Robinson. O documento ficaria disponível para consulta, nos serviços administrativos de apoio técnico.-----

Amândio Valente disse que gostaria de colocar uma situação, a qual foi divulgada pelos órgãos de comunicação social local, nomeadamente o jornal Alto Alentejo. Numa primeira notícia, falaram dos parques fotovoltaicos, na zona da Selénis. Posteriormente, o diretor da Selénis tinha afirmado estar a investir nos mesmos para auto consumo e deixou em aberto a possibilidade de outros investimentos em energia fotovoltaica, na região entre o nó de saída para a Vargem, Carvalhal das Vinhas, Carvalhal de Cima e S. Miguel do Carvalhal. Posto aquilo, questionou a autarquia se teria entrado algum projeto acerca do assunto em causa e, se sim, qual o impacto esperado. -----

A presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e, relativamente à questão colocada, disse que, desde que tinha assumido as atuais funções, não tinha dado entrada qualquer projeto, naquela vertente. Conhecia algumas intenções respeitantes ao assunto, mas nada formalizado.-----

Raúl Cordeiro, relativamente à referência feita pelo presidente da mesa ao documento sobre a Fundação Robinson, disse que não tinha percebido bem por que via é que os elementos da Assembleia teriam acesso ao mesmo. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O presidente da mesa voltou a referir que o documento (em formato CD) estaria disponível para consulta nos serviços de apoio técnico àquela Assembleia e para qualquer elemento da mesma.-----

Raúl Cordeiro perguntou se o mesmo não poderia ser impresso e se alguma parte do mesmo era confidencial.-----

O presidente da mesa disse que o documento não era confidencial. Os relatórios do Tribunal de Contas não eram confidenciais. Mais disse que tinha vindo em seu nome e foi-lhe comunicado ser procedimento comum que aqueles documentos ficassem nos serviços de apoio à Assembleia Municipal, para consulta pelos membros da mesma.---

Raúl Cordeiro disse não ter nenhuma lembrança, acerca de alguma situação idêntica àquela, nos 8 anos anteriores, enquanto membro da Assembleia Municipal. Não via qualquer impedimento a que os membros tivessem acesso, de forma digital, ao documento em causa.-----

António Oliveira disse que não havia, de facto, nenhum impedimento e, efetivamente, o documento estava acessível para consulta, no site do Tribunal de Contas.-----

O presidente da mesa referiu que o procedimento que adotou não lhe parecia errado e, além do mais, o documento nem tinha sido endereçado à Assembleia Municipal, mas sim ao seu presidente. Acrescentou que o documento também não dizia, explicitamente, para se dar a conhecer aos membros daquela Assembleia Municipal. Contudo, tinha achado por bem, disponibilizar perante todos a consulta do mesmo. Voltou a informar que o documento em causa estava disponível a todos, na internet, na página do Tribunal Constitucional

Raúl Cordeiro desculpou-se, pois não tinha percebido inicialmente que o documento estaria disponível na página mencionada.-----

Ricardo Romão perguntou à presidente da Câmara Municipal quais eram as ações concretas que a campanha “Poupar água é garantir o futuro” implicava.-----

A presidente da Câmara Municipal disse que aquela campanha tinha o propósito de chamar a atenção de todos para a problemática da situação de seca. Entendia que a seca deste ano era mais grave do que a de 2018. A diferença podia residir na disponibilidade da água para a população. Contudo, este ano, não estava ainda em causa e existia água suficiente para aquela campanha. O problema seria mais em termos agrícolas. Lembrou que tinha feito um documento conjunto, no último conselho executivo da CIMAA, o qual lhe pareceu ser de toda a pertinência que fosse subscrito por todos os municípios e remetido para a ministra da agricultura, dando nota da situação da seca vivida e das repercussões no distrito.

Acrescentou que a campanha em causa estava explicada no portal e nas redes sociais do município.

Sublinhou que embora a população do concelho diminuísse, o consumo de água tinha tendência a aumentar e era necessário sensibilizar ao uso racional da mesma. Além de que o município também dava o exemplo, na questão das torneiras públicas que foram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

trocadas por outras novas, evitando o desperdício, bem como na diminuição das horas de rega, no tempo de reparação das ruturas, etc. -----

Ricardo Romão, em relação à reunião do executivo, de dia 31 de janeiro, em que os vereadores apresentaram uma questão relativa à participação da presidente da Câmara, na campanha eleitoral, onde se lamentava o seu posicionamento a favor de uma das campanhas, perguntou ao presidente da mesa se tal situação lhe tinha sido comunicada e também à autarca se iria continuar a acumular as funções de presidente da Associação de Agricultores de Portalegre e de presidente da Câmara Municipal, durante aquele mandato. -----

O presidente da mesa disse que não tinha tido indicação nenhuma sobre as atividades e a presidência naquela Associação. No entanto, tal facto era do conhecimento público. Se, porventura, os estatutos dos eleitos locais indicavam o contrário, com certeza que a autarca poderia fazer chegar, formalmente, tal informação. -----

A presidente da Câmara esclareceu que fazia parte de um partido político, participou em ações de campanha e sabia que tinham ficado incomodados com o facto de ser presidente de Câmara e de participar em atos políticos. O que disse, em reunião de Câmara, foi que seria um problema ou um abuso se tivesse utilizado meios do município mas, obviamente, não o fez. Sublinhou que não conseguia “despir a pele” de presidente de Câmara quando se apresentava numa campanha, mesmo não estando naquele papel. Em relação ao facto de continuar a ser presidente da Associação de Agricultores de Portalegre e de ter recebido um líder partidário naquela casa, disse que o fez por uma decisão unânime da direção e de todos os corpos sociais. Os agricultores que lá estavam eram pessoas perfeitamente esclarecidas e nunca teve o propósito de tentar outras situações. Portanto, não tinha qualquer problema, naquela matéria.

Em relação a ter dado conhecimento à Assembleia Municipal, perguntou aos serviços do Município se tal era comum e comunicou também ao Tribunal Constitucional. Acrescentou fazer também parte de mais entidades, inclusive IPSS, sem qualquer remuneração.

Em conclusão, referiu que se era importante dar conhecimento, por escrito, àquela Assembleia Municipal, o faria. -----

Ricardo Romão disse que a presidente da Câmara não tinha entendido as suas perguntas, as quais não visavam qualquer juízo de valor aos agricultores. Portanto, uma das questões era a participação na campanha. Não o facto de a presidente poder, ou não, participar nas campanhas que quisesse. A questão é que tinham chegado à caixa do correio de muitos portalegrenses panfletos mencionando “Fermelinda Carvalho - a presidente da Câmara” e não como cidadã ou filiada no partido. O impedimento não era o de participar na campanha eleitoral, mas sim a falta de legitimação para tal.

Na outra questão, referente à acumulação de funções, referiu que se a presidente não tinha feito o que seria suposto. Informar aquela Assembleia Municipal, na primeira reunião, conforme dizia a lei, então estava em incumprimento. -----

A presidente da Câmara disse que iria dar nota dos cargos que exercia, não remunerados, já na próxima sessão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Amândio Valente perguntou à presidente da Câmara se, efetivamente, continuava a ser presidente da Associação de Agricultores. Se sim, perguntou se não poderiam ocorrer momentos em que surgissem conflitualidade de interesses ou até mesmo incompatibilidades na gestão de iniciativas comuns, eventuais subsídios, etc..-----

A presidente da Câmara disse que, se tal acontecesse, não votaria, como seria lógico. Saliu que se fosse algo ilegal certamente já teria acontecido algo, porque enquanto foi presidente da Câmara de Arronches já era, na altura, presidente daquela Associação.

Ordem do dia:

1 – Informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Carla Mocito, em relação à obra na Quinta da Saúde, perguntou à presidente da Câmara qual o ponto da situação e a ligação aos domínios da Cogestão da mesma. Referiu que, pelos últimos dados, a taxa de execução da obra estava longe do fim. Portanto, gostaria de saber o que é que os portalegrenses podiam esperar daquele emblemático espaço.

A presidente da Câmara disse que a obra em causa estava com uma taxa de execução de quatro por cento, nos cinco meses decorridos. Em termos de obra e do valor executado sublinhou que já foi feita uma boa parte, suportada por aquele executivo. No entanto, continua a haver atrasos e a sua conclusão estava prevista para finais de junho. Portalegre, em conjunto com os municípios de Marvão, Castelo de Vide e Arronches, tinham uma ligação grande com aquele complexo porque tinha sido assumido no mandato anterior que o espaço seria denominado a porta de entrada do Parque Natural, dentro do modelo de Cogestão. Em redor do espaço estava também prevista a recuperação do Parque de Campismo. Sublinhou a aposta na defesa dos valores naturais do Parque e a sua valorização, como motor de desenvolvimento para o território.

Concluiu, dizendo que o modelo de Cogestão entre os quatro municípios, ainda estava no início e haveria ainda muito para analisar e apurar. Recordou que estava já aprovada, desde há dois anos, a constituição de uma Associação dos Municípios do Parque, de modo a que todos sejam parte ativa na defesa do mesmo. -----

João Brazão disse que Portalegre tinha um movimento associativo forte e dinâmico. No entanto, pelo que leu do relatório, havia poucas referências às associações culturais. Mais do que nunca, a planificação naquela área era importante. As várias associações deviam ser ouvidas e solicitar-se o plano de atividades de cada uma. Muitas delas estavam paradas, com problemas e precisavam de um aditivo da parte da Câmara, que era fundamental. Sublinhou que o Conselho Municipal de Cultura tinha de ser ativado.-

A presidente da Câmara tomou nota da sugestão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Carla Mocito, quanto ao relatório municipal, disse estar preocupada com a pouca atenção atribuída ao Parque Natural de S. Mamede.

Relativamente ao Plano Operacional de Turismo de Portalegre, perguntou à presidente da Câmara o que estava a pensar fazer com o mesmo. -----

A presidente da Câmara esclareceu que naquele modelo de Cogestão não eram os quatro municípios que iriam gerir o Parque. O Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas continuava a ter a sua responsabilidade na tutela. Embora o processo estivesse no início, os municípios estavam a atribuir-lhe a importância devida, mas enquanto não tivessem os meios necessários para intervir o avanço era lento.

Em relação ao Plano do Turismo, referiu que ainda não teve oportunidade de o estudar. Portalegre, em termos do turismo, tinha um caminho longo pela frente. Nos últimos meses, o trabalho feito era no sentido de tornar a cidade mais apresentável, recuperando alguns espaços que estavam degradados e abandonados.

O objetivo futuro era, obviamente, melhorar, a todos os níveis. -----

Raúl Cordeiro disse que a figura da Cogestão empregue em diversas áreas, significava a partilha do poder e a criação de pontos de poder, de modo a que o resultado fosse alcançado de forma mais objetiva. No entanto, a autarca referiu que a responsabilidade continuava a ser do ICNF e do Governo, mas que o município tinha uma palavra a dizer. A seu ver, Portalegre ou tinha um papel, ou não. O modelo de Cogestão tinha sido criado para que tanto Portalegre, como Arronches e Castelo de Vide, etc. tivessem um papel ativo, em que fossem ouvidos na participação das decisões.

Ainda em relação ao relatório, achava que a questão da rede de corredores pedonais acessíveis, bem como a dos parques infantis deveriam lá estar.

Por último, questionou a presidente acerca da incubadora de base de indústrias não tecnológicas, a qual estria praticamente pronta e que, no relatório, tinha dois valores diferentes de taxa de execução e de investimento e gostaria que lhe esclarecessem como é que iria ser usado o espaço da mesma. -----

A presidente da Câmara, quanto ao modelo de Cogestão, em termos resumidos, era de responsabilidade partilhada. No entanto, os municípios não tinham total independência para fazerem o que queriam. Obviamente que o ICNF não deixaria de ter as suas responsabilidades no processo.

Em relação aos parques infantis tinha plena noção de que estavam quase todos destruídos e a precisar de grandes investimentos. Eram sete, ao todo.

Sobre a incubadora esclareceu que as primeiras referências, com o título empreitada referia-se às taxas de execução e, mais à frente estavam as candidaturas referia-se ao valor financiado. Eram valores diferentes. Lembrou, inclusive, que o anterior executivo tinha feito um acordo de colaboração com o Instituto Politécnico de Portalegre para disponibilização daquele espaço, sendo o Instituto a geri-lo. Provavelmente o município teria de arranjar outra solução.---

Amândio Valente perguntou à presidente da Câmara se no plano de atividades não ponderaria incluir quadros de prioridades, de investimentos, de estratégias definidas, etc. para melhor análise do documento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em relação às obras dos antigos Paços do Concelho, perguntou qual o estado da mesma.

Quanto ao movimento associativo, quis saber o que estava a saber feito, em termos de acompanhamento, bem como no aliviar das dificuldades, já ali descritas.

Por último, na área da saúde, questionou se a presidente estaria atenta quanto à falta de médicos especialistas no Hospital de Portalegre, nomeadamente na parte da maternidade, a qual atravessava uma sobrecarga de serviços. -----

A presidente da Câmara disse que a obra nos Paços do Concelho deveria ter começado em março, mas tinha começado somente em dezembro e teve problemas logo de início, contudo, estava agora com bom ritmo e dentro da normalidade. A diferença na taxa de execução devia-se ao que era o contrato com o empreiteiro e a candidatura, pois tinham valores diferentes.

Quanto à questão do problema na maternidade do Hospital disse não ser a pessoa mais mandatada para responder. No entanto, as fragilidades do Hospital de Portalegre eram públicas. O problema era delicado mas tinha de ter resolução da parte da tutela.

O município tinha inclusivamente disponibilizado mais uma habitação para um profissional de saúde. -----

Ricardo Romão referiu que a informação da presidente de Câmara, acerca dos parques infantis, não era verdade. Houve parques que foram reabilitados, no anterior mandato, como por exemplo o do Jardim da Corredoura, o da Ribeira de Nisa, do Atalaião, etc. Era preciso ir ao terreno e averiguar com mais rigor as situações.

Em relação ao relatório municipal, disse que o mesmo reunia a informação recolhida junto dos chefes de divisão e, basicamente, compilava-as. Disse ter curiosidade em saber o que existia de novo, pois aquele relatório poderia ser o do mandato anterior.

Portanto, a CLIP congratulava-se que todas as obras estivessem a ser efetivadas, porque, pelas palavras da atual presidente, os atrasos que tinham acontecido continuavam a acontecer e, na maior parte das situações, eram da responsabilidade dos empreiteiros ou dos longos processos administrativos.

Concluiu, referindo que lhe custava a perceber qual o rumo traçado pelo atual executivo para o concelho de Portalegre. O que é que iriam fazer de novo. -----

A presidente da Câmara salientou não ter falado em todos os parques. Fez as visitas a todos eles e não tinha dúvidas sobre quais precisavam de obras.

Quanto ao rumo, sublinhou que tinha de ser diferente do que existia no mandato anterior, pois o da CLIP foi o que as pessoas disseram que não queriam.

Havia ainda outra matéria, já largamente explicada, em que a CLIP teve dez anos naquela Câmara para fazer obra e só no último ano é que se lembraram de as lançar. Os portalegrenses sabiam que assim tinha sido. A única obra de que se lembrava, durante aqueles dez anos, era a das casas de banho do Rossio.

O membro Ricardo Romão deveria estar grato porque o executivo atual resolveu cumprir os compromissos assumidos pela CLIP, mas que não foram executados e apenas lançados os concursos. Sublinhou que era o atual executivo que estava a financiar as obras em curso, dentro do orçamento aprovado. Lembrou que quando tiveram de elaborar o plano de atividades e orçamento, ao cabimentarem as obras que foram deixadas pela CLIP, não sobrou um tostão, Logo, no ano em curso, o seu executivo não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

podia ambicionar grandes investimentos. Contudo, concordava com a maioria das obras. Embora não estivessem a fazer obras de grande relevância da vontade do atual mandato ou projetadas pelo novo executivo, havia obra significativa a ser concretizada. Para o próximo ano, provavelmente, já teriam outro tipo de obras.

Em relação ao REVIVE, disse que não era oportuno estar ali a apresentar os detalhes da visita da secretária de estado do turismo ao concelho. No entanto, todos perceberam que o imóvel em causa tinha sido identificado com uma possível candidatura ao respetivo programa. -----

Ricardo Romão disse que a presidente da Câmara Municipal interpretava mal as suas intervenções. Voltou a afirmar que era com orgulho que o seu grupo partidário via aquelas obras estarem a ser concretizadas. Dava os parabéns ao atual executivo.

Contudo, achava legítimo entenderem que havia outras coisas que poderiam vir a ser concretizadas e que não conseguia ver. Gostaria de ver comportamentos diferentes e que não houvesse aquele sistemático atirar de culpas para os antecedentes -----

2 – Ata n.º 2 e ata n.º 3, relativas às reuniões de 3 e 27 de dezembro de 2021, respetivamente;

O presidente da mesa referiu que na ata n.º 2 não tinha sido aprovada na última reunião, devido a uma questão em que teve de pedir um parecer técnico. O parecer informou que havia membros que não deveriam participar na votação. Sugeriu que na redação da deliberação do ponto 1 ficasse o seguinte texto: “A Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 14 abstenções, aprovar a ata n.º 33. Não participaram na votação dois membros.” Perguntou se alguém se opunha. -----

Adriano Bailadeira perguntou o que é que aconteceria com as atas seguintes. Se seriam votadas com o princípio do não voto. -----

O presidente da mesa disse que não seria com aquele princípio mas sim com a participação, ou não, do membro. Caberia na decisão de cada um. -----

Raúl Cordeiro disse que bastaria ler o parecer para se ficar esclarecido. Não era por acaso que, no final de cada sessão daquela Assembleia se aprovavam as atas em minuta, para que as decisões se tornassem efetivas. O que se aprovava nas Assembleias seguintes era a ata final. -----

O presidente da mesa acreditava que o texto proposto não era conflituante com o parecer emitido pela CCDR. Portanto, no final votar-se-iam as atas. -----

Adriano Bailadeira não concordava com a leitura feita e referiu que se estava a ir contra a indicação do CPA, o qual dizia que eram votadas as atas em minuta no final, mas que se deviam abster de participar na votação qualquer pessoa que não tenha estado presente na reunião anterior. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Amândio Valente concordou com o conteúdo do texto proposto pelo presidente daquela Assembleia Municipal. -----

3 – Isenção de taxas – Centro Social Diocesano de Santo António;

- Deliberação da CMP de 17.01.2022 –

O presidente da mesa recordou aos presentes que já tinham deliberado sobre aquele ponto. No entanto, tinha-se colocado a questão do montante, o qual não era conhecido. O ponto foi novamente a reunião de Câmara e já tinha montante atribuído. Iriam, pois, deliberar, novamente, sobre o mesmo. -----

Raúl Cordeiro perguntou se era mesmo necessário revogarem aquela deliberação. Entendia que a deliberação que ali tomassem anulava a anterior. -----

O presidente da mesa disse não ter conhecimentos jurídicos para poder responder à questão. Contudo, foi feito em reunião do executivo e tendo aquele processo de ser, ou não, revogado não os impedia de votar outra vez.-----

A sessão foi suspensa cinco minutos. -----

O presidente da mesa disse que a proposta da Câmara Municipal tinha sido de revogar a deliberação anterior. Portanto, já podiam votar o ponto.-----

4 – Relatórios semestrais da União de Freguesias de Sé e São Lourenço (2.º semestre de 2021) no âmbito do contrato interadministrativo e auto de transferência de competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 14.02.2022 –

Não houve intervenções. -----

5 – Relatórios semestrais da Freguesia de Alegrete (2.º semestre de 2021) no âmbito do contrato interadministrativo e auto de transferência de competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 14.02.2022 –

Não houve intervenções. -----

6 – Nomeação do Conselho Municipal de Educação.

- Deliberação da CMP de 14.02.2022 –

Não houve intervenções. -----

7 – Proposta para reativação do Conselho Municipal de Juventude;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Diogo Aragonês disse que o seu grupo municipal tinha proposto, há dois meses, a inclusão daquele ponto e mantinha preocupação com as políticas da juventude que o atual executivo poderia desenvolver no concelho. Sublinhou que, no relatório de atividades apresentado, a juventude era um ponto sem grande estratégia.

Nos últimos censos, o concelho de Portalegre indicava, infelizmente, que havia cada vez menos população, e que somente um quarto eram jovens. Conhecia, inclusive, muitos deles que estudavam fora e que, terminados os estudos já não desejariam voltar para cá. Tal facto devia preocupar a todos, sem exceção.

Quanto à questão da saúde, tinham ali assistido a uma tentativa de culpabilizar apenas o Governo ou a ULSNA, pela falta de prestadores daqueles serviços, contudo tinha pessoas amigas, recém licenciadas em medicina, que por mais que quisessem cá ficar a trabalhar, lhe diziam que a própria cidade não os acolhia culturalmente ou recreativamente. Portanto, o município tinha ali uma responsabilidade acrescida para tentar atrair aquela nova geração de médicos.

O Conselho Municipal da Juventude era, além de outras coisas, um órgão consultivo que deveria trabalhar com o órgão executivo no desenvolvimento daquelas políticas. Era preciso chamar os jovens à política autárquica, dando contributos e de modo a reverter, verdadeiramente, aquele êxodo dos jovens, a que se tem assistido. -----

A presidente da Câmara disse que o Conselho Municipal da Juventude não reunia desde 2019, o que não era justificável. O atual executivo tinha todo o interesse em reativar o mesmo. Concordava com quase tudo o que foi tudo, mas tinha opinião diferente em relação à questão da decisão dos jovens médicos não quererem cá instalar-se. Basicamente teria a ver com o facto de nas grandes cidades conseguirem, no início de carreira dividirem entre o público e o privado e de ser mais vantajoso.

Na sua opinião, considerava que a qualidade de vida nesta região era melhor.

Portalegre acolhia muito bem toda a gente.

Por último disse que não fez críticas diretas ao trabalho da ULSNA. Reconhecia as fragilidades e dificuldades, assim como o próprio conselho de administração as reconhecia. Obviamente que algo tinha de ser feito sobre aquela matéria e os médicos e não só tinham de ser colocados nos hospitais do interior. Também assim acontecia com profissionais de diversas áreas e a tutela é que poderia e deveria mudar o sistema, não um presidente de Câmara. -----

8 – Regimento da Assembleia Municipal de Portalegre;

O presidente da mesa deu a palavra ao primeiro secretário, Marco Antunes, o qual se deveria juntar ao seu grupo para se pronunciar sobre aquele ponto. Chamou a atenção ao membro Luís Testa para que solicita-se o uso da palavra, sem desrespeitar o desenrolar dos trabalhos. -----

Luís Testa pediu o uso da palavra e disse que o presidente da Assembleia Municipal não compreendia a figura regimental do aparte. Sem prejudicar a boa evolução dos trabalhos, referiu que apenas chamou a atenção ao membro da mesa, esclarecendo-o de que não podia falar da mesma. No entanto, o presidente da mesa assim não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

entendeu, mas deveria perceber que não podia quartar a possibilidade de os membros daquela Assembleia Municipal e vereadores utilizarem a figura regimental do aparte para manifestarem concordância ou discordância com aquilo que ali se discutia. Concluiu, dizendo que a compreensão natural do debate político era fundamental para o bom desempenho daquele órgão.-----

Marco Antunes, relativamente ao regimento em causa, disse que lhe foi pedido para formar um grupo com os membros de todas as forças políticas ali representadas. Tal só tinha sido possível no decorrer da última semana e optaram por levar àquela Assembleia apenas o mapa do quadro dos tempos, mantendo o regimento como estava. Perante tal, solicitou ao grupo que pudessem voltar a reunir, logo que possível, porque tinham surgido algumas propostas e indicações, da parte dos grupos, que tinham de ser analisadas.-----

Raúl Cordeiro disse não perceber porque é que o ponto tinha ido àquela sessão. Perguntou se era suposto ser deliberado ou retirado.-----

O presidente da mesa esclareceu que o ponto era apresentado como aprovação do regimento daquela Assembleia Municipal de Portalegre. No regimento anterior existia uma grelha de tempos que estava incorreta e teve de ser alterada. Posteriormente, podia advir uma discussão entre todos os grupos municipais, de modo a melhorar o respetivo regimento.-----

Amândio Valente disse que era seu entendimento que a Assembleia Municipal aprovasse aquele regimento, com a nova grelha. Contudo, o regimento mantinha-se inalterado.-----

Os trabalhos foram interrompidos durante 10 minutos.-----

DELIBERAÇÕES:

2 – Ata n.º 2 e ata n.º 3, relativas às reuniões de 3 e 27 de dezembro de 2021, respetivamente;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 2 abstenções e 26 votos favoráveis, aprovar a ata n.º 2.-----

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com 1 abstenção e 27 votos favoráveis, aprovar a ata n.º 3.-----

3 – Isenção de taxas – Centro Social Diocesano de Santo António; **- Deliberação da CMP de 17.01.2022 –**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

4 – Relatórios semestrais da União de Freguesias da Sé e São Lourenço (2.º semestre de 2021) no âmbito do contrato interadministrativo e auto de transferência de competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 14.02.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

5 – Relatórios semestrais da freguesia de Alegrete (2.º semestre de 2021) no âmbito do contrato interadministrativo e auto de transferência de competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 14.02.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

6 – Nomeação do Conselho Municipal de Educação.

- Deliberação da CMP de 14.02.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

7 – Proposta para reativação do Conselho Municipal de Juventude;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

8 – Regimento da Assembleia Municipal de Portalegre.

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

FALTAS: Não houve faltas a registar. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

ENCERRAMENTO:

=====

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 3.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 23H40, do dia 25 de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)